



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 14.798.2011-10.

ENTIDADE: Câmara Municipal de Senador Guiomard.

NATUREZA: Sistema Municipal de Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Senador Guiomard, exercício de 2010.

RESPONSÁVEL: Adão Leite Martins.

RELATOR: Cons. Ronald Polanco Ribeiro.

VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.719/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Senador Guimard. Pagamento de verba indenizatória aos Vereadores sem obediência às formalidades legais exigidas. Despesas do exercício superior ao estabelecido na CF/88. Não devolução dos valores quantificados. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**, considerar **irregular** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Senador Guiomard**, referente ao exercício orçamentário e financeiro de **2010**, de responsabilidade do Sr. **Adão Leite Martins**, Presidente da Mesa Diretora à época, em face: **1)** do pagamento da verba indenizatória aos Vereadores sem obediência às formalidades legais exigidas, não se determinando, contudo, a condenação de ressarcimento de valores, tendo em vista que esta Corte de Contas orientou as Câmaras Municipais a regularizar as pendências quanto à execução desse tipo de despesa e estabeleceu como marco temporal para todas elas o exercício de 2015, sendo que esta Prestação de Contas é do exercício de 2010; e **2)** do excesso verificado no total da despesa do Poder Legislativo Municipal (CF/88, artigo 29-A, inciso I), correspondente a **0,04%** do total dessa despesa (**R\$ 797.939,68**), no valor de **R\$ 5.328,79** (cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), quantia considerada de pequena monta, sendo que este Tribunal já se pronunciou por diversas vezes no sentido de não pedir a devolução de valores considerados de

Processo nº 14.798.2011-10-TCE
Acórdão nº 10.719/2018/Plenário
Página 1 de 2

pequena monta. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **VENCIDO** o **Conselheiro-Relator**, que votou: **1)** pela regularidade com ressalva das Contas, valendo como ressalva a não observância do limite com gastos previstos no artigo 29-A da Constituição Federal/88; **2)** pela notificação do então Gestor do resultado do julgamento; **3)** pela recomendação ao atual Gestor para que corrija, nas próximas edições da espécie, a falha catalogada; e **4)** pelo desapensamento e devido arquivamento dos autos nº 14.631.2011-01-TCE. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria** e **Antonio Jorge Malheiro**.

Rio Branco – Acre, 12 de abril de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Voto Vencedor

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC